

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os CTT-Correios de Portugal, S. A. (CTT) são a empresa concessionária do Serviço Postal Universal.

A principal responsabilidade dos CTT decorrente do contrato de concessão em questão é a de garantir a continuidade da prestação do Serviço Postal Universal.

Ao Governo da República, enquanto concedente do Serviço Postal Universal, competiu a definição dos parâmetros de qualidade de serviço e dos objetivos de desempenho, que foram fixados no novo contrato de concessão.

Os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho definidos pelo Governo no sobredito contrato são exigentes, visando assegurar a satisfação das necessidades das populações, das atividades económicas e sociais, bem como a coesão territorial, estando os CTT contratualmente obrigados ao seu estrito cumprimento.

Isto posto, nos concelhos de Paredes, Penafiel, Felgueiras, Lousada, Amarante, Marco de Canaveses e Castelo de Paiva, existem denúncias por parte da população, movimentos sindicais e comissão de trabalhadores, de incumprimento reiterado dos níveis de serviço, nomeadamente no que diz respeito aos prazos de entrega de correio, decorrente da implementação de um novo modelo de distribuição por parte dos CTT, cujos giros/rotas agora programados comprometem a capacidade de entrega nos prazos definidos.

Existem ainda denúncias de uma alegada redução de recursos humanos alocados àquelas funções, que tem contribuindo para o agravar da situação.

Atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da criação de um novo modelo de distribuição que resulta em

atrasos sistemáticos na entrega de correio?

2. Tem o Governo conhecimento da alegadas extinções de postos de trabalho pela empresa concessionária?

3. A confirmarem-se as denúncias de atrasos acima reportadas, quais as medidas que o Governo perspetiva implementar, de forma a garantir que os CTT cumpram com os parâmetros de qualidade de serviço contratualmente estabelecidos?

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2022

Deputado(a)s

JOSÉ CARLOS BARBOSA(PS)

PAULO ARAÚJO CORREIA(PS)

HUGO CARVALHO(PS)

ANTÓNIO PEDRO FARIA(PS)

CRISTINA MENDES DA SILVA(PS)

HUGO OLIVEIRA(PS)